



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Bruno Araújo Matos

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE
ADOLESCENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA (2017-2021)**

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Bruno Araújo Matos

Título do trabalho: A Educação Física no sistema socioeducativo de adolescentes: uma revisão sistemática (2017-2021)

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ARAUJO MATOS, Discente**, em 31/01/2022, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Serzedello Neves Vilaca, Professora do Magistério Superior-Substituta**, em 01/02/2022, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2659719** e o código CRC **85494741**.

Bruno Araújo Matos

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE
ADOLESCENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA (2017-2021)**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Ms. Aline Serzedello Neves Vilaça

Goiânia

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Matos, Bruno Araújo
A EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA (2017-2021).
[manuscrito] / Bruno Araújo Matos. - 2022.
xxxv, 40 f.

Orientador: Profa. Aline Serzedello Neves Vilaça.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD), , Goiânia, 2022.

1. Educação Física escolar. 2. SINASE. 3. ECA. 4. medidas socioeducativas. I. Vilaça, Aline Serzedello Neves, orient. II. Título.

CDU 796



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos **trinta e um dias do mês de janeiro de 2022** iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**A Educação Física no sistema socioeducativo de adolescentes: uma revisão sistemática (2017-2021)**”, de autoria de **Bruno Araújo Matos**, do curso de **Educação Física - Licenciatura**, da **Faculdade de Educação Física e Dança** da UFG. Os trabalhos foram instalados pela **Profa. Ms. Aline Serzedello Neves Vilaça - orientadora FEFD/UFG** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Sérgio de Almeida Moura - FEFD/UFG** e **Prof. Ms. Vitor Abdias Cabót Germano - Colégio Pedro II/Rio de Janeiro**. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de **9,5 (nove e meio)**, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio De Almeida Moura, Professor do Magistério Superior**, em 31/01/2022, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Serzedello Neves Vilaca, Professora do Magistério Superior-Substituta**, em 01/02/2022, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Abdias Cabót Germano, Usuário Externo**, em 02/02/2022, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2659715** e o código CRC **8F074ACD**.

RESUMO

No Brasil, os adolescentes com idades entre 12 e 18 anos que cometem atos infracionais estão sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas. É assegurado ao adolescente infrator a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além dos direitos de receber profissionalização e de realizar atividades culturais, esportivas e de lazer. Portanto, o objetivo desse trabalho é o analisar as publicações no período de (2017 – 2021) em periódicos científicos que relacionam a prática pedagógica da Educação Física com o sistema socioeducativo de adolescentes. Para isso, utilizou-se o método revisão de literatura do tipo sistemática. Os estudos foram buscados nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, LILACS e Google Acadêmico. Os descritores utilizados para a pesquisa foram: “educação física AND socioeducativ*”; “educação física AND ressocialização AND (adolescente* OR jove*)”; “educação física AND SINASE”; e “educação física AND (adolescente* infra* OR jove* infra*)”. Foram considerados elegíveis artigos originais publicados em periódicos na língua portuguesa. Após o procedimento de buscas, seleção e análise, foram selecionados oito trabalhos para o desenvolvimento da pesquisa. Os principais achados relacionam-se com: a “monopolização” do conteúdo esportivo nas aulas de Educação Física; exacerbação das medidas de segurança em detrimento as práticas pedagógicas; falta de interesse e/ou resistência dos socioeducandos em participarem das práticas corporais; concepções utilitaristas e moralizantes da Educação Física; e a falta de qualificação profissional para atuação em contexto socioeducativo. Tomadas em conjunto, as evidências mostram que a Educação Física em contexto socioeducativa ainda é necessário que os agentes envolvidos no sistema socioeducativo reconheçam o valor pedagógica da disciplina na formação e emancipação dos adolescentes.

Palavras-chave: Educação Física escolar; SINASE; ECA; medidas socioeducativas.

ABSTRACT

In Brazil, adolescents from 12 to 18 years old who commit criminal acts are subject to compliance with socio-educational measures. These teenagers are guaranteed equal conditions of access and permanence in school, in addition to the right to professional qualification and to carry out cultural, sporting and leisure activities. Therefore, the objective of this work is to analyze the publications of the last five years (2017-2021) in scientific periodicals that relate the pedagogical practice of Physical Education with the adolescents' socio-educational system. For this purpose, the systematic literature review method was used. For this, the systematic literature review method was used. The studies were searched in the CAPES, LILACS and Google Scholar. The descriptors used for the research were: “physical education AND socio-educational”; “physical education AND resocialization AND adolescent”; “physical education and SINASE”; and “physical education AND adolescent offending”. Only original articles published in periodicals in Portuguese were considered eligible. After the search, selection, and analysis procedure, eight works were selected for the development of the research. The main conclusions are related to the “monopolization” of sports content in Physical Education classes; exacerbation of security measures to the detriment of pedagogical practices; lack of interest and / or resistance from students to participate in bodily practices; utilitarian and moralizing conceptions of Physical Education; and the lack of professional qualification to work in a socio-educational context. Taken together, the evidence shows that Physical Education in the socio-educational context is still necessary for the agents involved in the socio-educational system to recognize the pedagogical value of the discipline in the formation and emancipation of adolescents.

Keywords: school physical education; SINASE; ECA; educational measures.

Dedico esse trabalho ao meu amado filho, pais, irmãs e sobrinhos.

Dedico também a toda população periférica que carrega esse país na costas, enfrentado todos os tipos de preconceitos e dificuldades, com toda força e dignidade na esperança de dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de muita luta e dedicação, é a realização de um sonho e concretização de um objetivo pessoal, e para a materialização do mesmo passei por muitas dificuldades que foram superadas com o apoio e incentivo de várias pessoas, a quem não se pode deixar de reconhecer e agradecer.

Aos meus pais, José Ximenes e Maria Nunes pela criação, cuidado e amor. Por nunca medirem esforços para me ajudar a conquistar os meus objetivos. Pessoas que sempre foram exemplos para o bem. O homem e pai que sou hoje, devo inteiramente aos vossos ensinamentos.

À minha irmã Renata Araújo Matos, por me incentivar a não desistir e ser sempre a maior apoiadora dos meus estudos. Por ser uma segunda mãe, sempre presente nos momentos de maiores dificuldades.

À minha irmã Karina Nayara Araújo Matos, pelo companheirismo, amor e carinho, por compartilhar momentos inesquecíveis comigo e meu querido filho.

À minha irmã Ellen Geovana Araújo Matos, pela dedicação, paciência e amor, apesar de ser a caçula da família, agradeço pela sua maturidade como irmã e tia, sempre presente quando requisitada ajudando da melhor forma possível.

À mãe do meu filho Ana Paulo Madaleno, por todo o tempo que esteve ao meu lado passando pelas mais diversas animosidades, e também pelos momentos felizes vividos, hoje eu agradeço pela parceria e dedicação em me ajudar criar nosso filho da forma mais amorosa e cuidadosa possível.

Ao meu filho Renato Ximenes de Souza Matos, por ser luz na minha vida e o motivo de todo esforço para dias melhores.

Aos meus sobrinhos Emiliano e Ernesto, por trazerem alegria a nossa família diariamente, é um prazer vê-los crescer.

À Amanda Satil, essa bela mulher que chegou à pouco tempo, mesmo assim contribuiu muito para minha formação pessoal e profissional, obrigado pelo carinho.

Aos meus queridos colegas da turma '44' Fabrício Monteiro, Felipe Nascimento, Gustavo Falcão, João Vitor, Michelle Cerlliane, Rafael Mendes, por compartilharem momentos de alegrias, lutas e aprendizados durante toda a graduação.

Ao meu amigo Marcos Paulo Lima, que tive o prazer de conhecer na Universidade e vou levar para toda vida.

Aos meus professores por contribuírem com a minha formação, em especial a Sissília Vilarinho que em um determinado momento foi professora, amiga, psicóloga, uma pessoa

extremamente especial. Ao corpo técnico e todos os colaboradores da Universidade Federal de Goiás, especialmente aos da Faculdade de Educação Física e Dança, por proporcionarem um ambiente acolhedor.

À minha orientadora, Ms. Aline Serzedello Neves Vilaça, que, com sua empatia e competência, tornou possível a realização do sonho. Sou muito grato pela oportunidade e pela confiança em um momento que já me encontrava desacreditado da vida acadêmica, a vida me estendeu a mão com sua chegada.

À todos que de alguma forma contribuíram para que o meu sonho se tornasse realidade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação dos trabalhos selecionados para a pesquisa. Todas as informações foram disponibilizadas pelos próprios autores nos respectivos trabalhos.....	14
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MREF - Movimento Renovador da Educação Física.

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	III
AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
LISTA DE QUADROS	VII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	VIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	2
2.1. SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE JOVENS INFRATORES	2
2.1.1. A educação em pauta no sistema socioeducativo.....	3
2.1.2. O currículo escolar e o sistema socioeducativo.....	5
2.2. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	7
2.2.1. Práticas pedagógicas da Educação Física	7
2.2.2. Educação Física como intervenção no sistema socioeducativo	10
3. METODOLOGIA	13
3.1. DESENHO DO ESTUDO.....	13
3.2. SELEÇÃO DOS ARTIGOS.....	13
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	14
4.2. O LUGAR E O NÃO-LUGAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.....	15
4.4. O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO?.....	16
4.5. O QUE DIZEM OS SOCIOEDUCANDOS ACERCA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?.....	17
4.5. UM PANORAMA DAS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
6. REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

“Eu vou trilhar outro caminho mesmo sendo um sonho quase impossível eu vou trilhar outro caminho longe de policia de sangue do barulho de tiro [...] Estuda, escuta o professor, usa teu ódio para conseguir um diploma morô!”.
(*Outro Caminho, Facção Central, 1999*).

Ao trazer o trecho da música “Outro Caminho” do grupo de rap da Facção Central reflito sobre uma visão consciente para os jovens adolescentes, sobre a vida na periferia e como se libertar de uma vida predeterminada ao ingresso na criminalidade. A mensagem aborda a dificuldade em se desvincular do caminho no qual o jovem periférico nasce, onde infelizmente muitos não conseguem escapar dos atos infracionais pelos mais diversas causas, como a necessidade diante de um país em extrema desigualdade social, o desejo em consumir bens não palpáveis a suas condições reais ou até mesmo a negligência do Estado em ofertar e sustentar os direitos básicos.

No Brasil, os adolescentes (com idade entre 12 e 18 anos incompletos) que cometem atos infracionais estão sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas, dentre elas, a pena de reclusão com privação de liberdade (BRASIL, 1990). Os programas socioeducativos, pautados nos princípios constitucionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atuam de modo a reeducar e a ressocializar o jovem infrator (BRASIL, 2012).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é o órgão responsável pela organização e implementação das medidas socioeducativas e ações pedagógicas de modo a articular as “áreas de educação, saúde, assistência social, cultura e capacitação para o trabalho e esporte” (BRASIL, 2012, p. 15). Desse modo, é assegurado ao adolescente que cumpre medidas socioeducativas a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além dos direitos de receber profissionalização e de realizar atividades culturais, esportivas e de lazer (BRASIL, 1990).

A Educação Física é o componente curricular da educação básica que tematiza as práticas corporais, utilizando o corpo e o movimento como formas de manifestação e expressão dos sujeitos (BRASIL, 2018). Todavia, ainda é comum a associação entre a prática pedagógica da Educação Física em instituições socioeducativas e o discurso educacional de regeneração do “jovem delinquente”, o qual muitas vezes encontra respaldo nas concepções médico-higienistas e eugenistas da educação (SOARES, 2008; SOUZA, 2019).

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é analisar, a partir de uma revisão de

literatura, as publicações em periódicos científicos nacionais no período de (2017 – 2021) que relacionam a prática pedagógica da Educação Física no contexto de entidades/programas que atendem adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

O interesse pelo estudo do papel da Educação Física no contexto socioeducativo decorre da minha vivência na periferia durante a infância e adolescência, na qual presenciei várias adversidades cotidianamente, onde amigos e conhecidos de mesma faixa etária foram submetidos a medidas socioeducativas ou tiveram as suas vidas ceifadas pelo mundo do crime. Soma-se a isso a minha aprovação no curso de licenciatura em Educação Física na Universidade Federal de Goiás (UFG), na qual tive o primeiro contato com a Ciência e conclui que são poucas as produções que se dedicam a debater essa temática, de tamanha relevância social.

Nesse sentido, eu, Bruno Matos, fruto da periferia do Distrito Federal, futuro professor da rede básica de ensino, vejo nessa investigação, a possibilidade em contribuir com os ensino dos jovens, principalmente aos que cumprem medidas socioeducativas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As reflexões teóricas da Educação Física seus avanços e desafios constitui o primeiro tópico deste capítulo, no qual investiga-se de que forma os conteúdos relativos à Educação Física são trabalhados nas medidas socioeducativas com o objetivo de reinserção social e ressocialização do adolescente infrator, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.068/1990).

O segundo tópico do capítulo denominado *A educação em pauta no sistema socioeducativo* trata-se das práticas pedagógicas asseguradas pelo SINASE realizadas no sistema socioeducativo para que os adolescentes tenham igualdade de acesso e permanência na escola.

Para finalizar, no tópico *O currículo escolar e o sistema socioeducativo*, a investigação vai de encontro às orientações previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), levando em consideração a capacidade de transformação social que a Educação Física pode atingir nas escolas, inclusive no contexto socioeducativo.

2.1. SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE JOVENS INFRATORES

A legislação brasileira prevê que jovens com idades entre 12 e 18 anos incompletos (adolescentes), ao cometerem atos infracionais estão sujeitos a penas de reclusão com privação de liberdade (BRASIL, 1990). Para garantir o acesso aos direitos fundamentais desses jovens, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.068/1990), ao longo das últimas décadas, foram implementadas uma série de medidas socioeducativas com intuito de promover a ressocialização e reinserção social do adolescente infrator.

As medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores assumem caráter essencialmente pedagógico. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 112, elenca as medidas socioeducativas a serem aplicadas conforme a gravidade do ato infracional cometido pelo adolescente, são elas: (I) advertência; (II) obrigação de reparar o dano; (III) prestação de serviço à comunidade; (IV) liberdade assistida; (V) inserção em regime semiaberto; (VI) internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

Convém destacar que a medida de internação, em estabelecimento próprio, é aquela aplicada aos jovens que cometeram atos infracionais mediante grave ameaça, violência a pessoa, reincidência de outras infrações graves ou pelo descumprimento de outras medidas anteriormente impostas (BRASIL, 1990). A legislação ainda prevê que o tempo em que o adolescente pode permanecer sob custódia, longe do convívio familiar e social, é de no

máximo 3 anos.

Instituído pela Lei 12.594/2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é o órgão responsável pela organização e implementação das medidas socioeducativas e ações pedagógicas aos jovens infratores de modo a articular as “áreas de educação, saúde, assistência social, cultura e capacitação para o trabalho e esporte” (BRASIL, 2012, p. 15). Para isso, o SINASE busca articular e coordenar as ações de todos os entes federativos (municípios, estados e união) com o intuito de atender adequadamente as demandas socioeducativas dos adolescentes infratores.

O SINASE é responsável por definir as competências de cada um dos entes federativos com relação ao desenvolvimento de políticas no âmbito socioeducativo, inclusive quanto ao financiamento público. Além disso, também atribui aos estados e municípios o dever de conceber e preservar programas que visam a execução de medidas socioeducativas em regime aberto, semiliberdade e de internação.

2.1.1. A educação em pauta no sistema socioeducativo

Conforme previamente apresentado, a partir de ações pedagógicas, o SINASE atua de modo a reeducar e ressocializar o adolescente infrator. E os princípios desse processo socioeducativo são balizados por normativas nacionais, Constituição Federal do Brasil e ECA, assim como na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovado em 1989 pela Assembléia Geral das Nações Unidas. (BRASIL, 2018).

Os programas de medidas socioeducativas deverão obedecer às normas estabelecidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), podendo ser complementada pelos conselhos dos demais entes federativos (Municipal, Estadual e Distrital). Os princípios norteadores que estruturam e organizam esses programas estão dispostos a seguir.

I. prevalência do conteúdo educativo sobre os sancionatórios e meramente de contenção, no atendimento socioeducativo; **II.** ordenação do atendimento socioeducativo e da sua gestão, a partir do projeto político-pedagógico; **III.** construção, monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos; **IV.** exemplaridade, presença educativa e respeito à singularidade do adolescente socioeducando, como condições necessárias no atendimento socioeducativo; **V.** disciplina como meio para a realização do processo socioeducativo; **VI.** exigência e compreensão enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o processo socioeducativo; **VII.** dinâmica institucional favorecendo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes entre equipe multiprofissional (técnicos e educadores); **VIII.** Organização espacial e funcional dos programas de atendimento sócio-educativo como sinônimo de condições de

vida e de possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente; **IX.** respeito à diversidade étnica/racial, de gênero, orientação sexual e localização geográfica como eixo do processo socioeducativo; e **X.** participação proativa da família e da comunidade no processo socioeducativo. (CONANDA, 2006, art. 19)

Sendo assim, os princípios norteadores trazem as garantias de proteção e atendimento ao jovem adolescente. Esse instrumento orienta uma prática ética e profissional nos sistemas socioeducativos. A resolução representa então, orientações e recomendações, de como deve ser realizado o atendimento, a garantia do direito à informação, direito à privacidade e ao sigilo, entre outros. O objetivo é preservar a dignidade, a privacidade e a liberdade dos adolescentes.

O SINASE é organizado a partir do conceito de gestão participativa, o que implica a integração de todos os atores (gestores, técnicos e socioeducandos) no processo de execução do atendimento socioeducativo. Dentre os dispositivos que concretizam a comunidade socioeducativa, convém destacar as equipes **técnicas multidisciplinares**, grupos de agentes de diferentes áreas do conhecimento e especialidades, e o **projeto pedagógico**, o qual estabelece os princípios que irão nortear todo o projeto socioeducativo (BRASIL, 2006).

No que concerne à educação, também devem ser assegurados aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além dos direitos de receber profissionalização e de realizar atividades culturais, esportivas e de lazer (BRASIL, 1990). Sendo que, conforme estabelecido pelo documento normativo SINASE, o Eixo Educação é comum a todas as entidades e programas que executam as medidas socioeducativas (BRASIL, 2006).

Para isso, no caso específico de programas que executam a medida socioeducativa de internação, a composição das equipes técnicas para atender quarenta adolescentes prevê um quantitativo mínimo composto pelos seguintes profissionais: 01 diretor (a); 01 coordenador (a) técnico; 02 assistentes sociais; 02 psicólogos (as); 01 pedagogo (a); 01 advogado (a) (defesa técnica); profissionais responsáveis pelo desenvolvimento de saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e administração; e socioeducadores (BRASIL, 2006).

Em relação ao espaço físico e infraestrutura das entidades que executam medidas de internação é condição necessária que haja espaços para o desenvolvimento de atividades pedagógicas; salas de aulas apropriadas contando com sala de professores(as); espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura; espaço para a profissionalização; dentre outros (BRASIL, 2006).

O fomento da escolarização e a organização do currículo escolar nas unidades socioeducativas ficam à cargo dos estados, os quais são dotados de autonomia para tal. Dessa

forma, somado à falta de coordenação nacional, não há homogeneidade nos parâmetros adotados pelos estados na regulamentação do processo educativo de socioeducandos. Nesse sentido, cada estado elabora as suas próprias normas acerca da modalidade de ensino e a organização do currículo a ser adotada, seja ela regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentre outras (FERNANDES, 2021).

Nesse cenário, o ECA estabelece que o poder público é a entidade responsável por estimular e fomentar estratégias de ensino (pesquisas, experiências e novas propostas metodológicas) tendo em vista a inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino básico obrigatório (BRASIL, 1990). Portanto, é razoável a compreensão de que o sistema socioeducativo é responsável por desenvolver uma proposta específica no atendimento de adolescentes nele inseridos. Assim como previsto no documento normativo do SINASE, no qual é definido que cabe ao sistema socioeducativo:

redirecionar a estrutura e organização da escola (espaço, tempo, currículo) de modo que favoreça a dinamização das ações pedagógicas, o convívio em equipes de discussões e reflexões e que estimulem o aprendizado e as trocas de informações, rompendo, assim, com a repetição, rotina e burocracia; [...] garantir o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo de acordo com sua necessidade [...] (BRASIL, 2006).

Assim, conforme as normativas e legislação vigentes, na execução de medidas socioeducativas, deve ser garantido ao adolescente o acesso à educação escolar adequada sua realidade. Tais medidas devem munir o adolescente de modo a superar os limites existentes entre ele e a escola. Nesse contexto, como argumentam Fernandes, Cossentin e Costa (2021), a viabilização da matrícula é apenas o primeiro passo para o aproveitamento escolar dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo, os quais muitas vezes apresentam defasagem idade-série e possuem histórico de abandono escolar em anos consecutivos e/ou histórico de reprovações.

2.1.2. O currículo escolar e o sistema socioeducativo

A escola é uma instituição social e histórica que, imersa na sociedade, é pensada e significada em função do contexto temporal e espacial em que está inserida. Harper e colaboradores (1986), no livro intitulado “Cuidado, Escola!”, relacionam que a escola, ao longo da história, aborda determinados conteúdos considerados relevantes e, ao mesmo tempo, desconsidera tudo aquilo que é considerado diferente. Segundo os autores, a escola sistematicamente vale-se da punição e do castigo utilizando de modelos de ensino rígidos, hierárquicos e compartimentalizado.

Nesse contexto, verifica-se que a escola é uma instituição que reproduz as desigualdades sociais e que, quando considerados indivíduos socialmente vulneráveis, potencialmente reforça o caráter repressor da sociedade. Todavia, Gadotti (1987) argumenta que, ao admitir as características conservadoras da escola, também é possível reconhecer as possibilidades de uma escola mais inclusiva e que promova questionamentos e a visão crítica dos educandos.

Cabe à escola reconhecer a realidade dos educandos de modo a ensinar os conhecimentos e desenvolver as habilidades condizentes com as particularidades e vivências de cada grupo. Nesse sentido, os educadores seriam capazes ressignificar a realidade e estimular a participação efetiva dos alunos no processo ensino-aprendizagem.

Outra importante função da escola diz respeito à socialização dos indivíduos. Gimeno e colaboradores (2000) entendem a socialização como o processo de construção e aquisição das ideias, normas e valores de um determinado grupo social, o que demonstra, mais uma vez o caráter reprodutor da instituição escolar. Por outro lado, os próprios autores reconhecem que, dentro de uma lógica de educação transformadora, o processo de socialização na escola também contribui para a formação de cidadãos aptos para atuar ativamente na vida pública.

Como aponta Freire (2003), a educação pode transformar. Para isso, deve ser encarada a partir do diálogo, calcada na reflexão, conscientização e em ações dos homens sobre a realidade. “Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”.

No Brasil, as normas para a educação básica a serem cumpridas por todas as instituições de ensino (leia-se também entidades socioeducativas) são estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/1996). E a organização dos currículos dos sistemas de ensino é, nos dias de hoje, delineada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é o “documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p.7).

Os fundamentos pedagógicos da BNCC para todas as etapas estão balizados no desenvolvimento de competências e no compromisso com a educação integral do aluno (BRASIL, 2017). Para isso, o documento articula proposta que buscam superar a fragmentação disciplinar do conhecimento, estimulando a sua aplicação na realidade, e estabelecer o estudante como protagonista no processo de ensino-aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

O documento está organizado em competências e habilidades, onde as competências

são os conceitos e procedimentos e as habilidades são as práticas, cognitivas e socioemocionais. No que diz respeito à concepção de Educação Física expressa na BNCC, o componente curricular em questão está inserido dentro da área das linguagens (Educação Física, Arte, Língua Portuguesa e Língua Inglesa), e conta com dez competências específicas.

Contudo, Furtado e Costa (2020) relatam que no que diz respeito à área da Educação Física é possível compreender que o documento pouco expressa o avanço epistemológico conseguido pela ciência. Os autores apontam que:

No fundo, o documento ainda que fale de uma saber conceitual que deve ser socializado, não supera a crença do aprender fazendo, e descaracteriza a Educação Física como campo de conhecimento e disciplina que se organiza em torno de um saber que é eminentemente corporal. (FURTADO; COSTA, 2020, p. 7).

Sendo assim, entendemos que a BNCC aborda a Educação Física com uma disposição “aleatória” de atividades sem nenhuma consistência curricular sobre o sentido e o significado do processo de escolarização de crianças, jovens e adultos por intermédio das práticas corporais.

Conforme a estrutura organizacional do sistema de ensino brasileiro, a educação básica é estabelecida em etapas, são elas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Por atender adolescentes, as entidades e/ou os programas socioeducativos ofertam as duas últimas (BRASIL, 2017).

O Ensino Fundamental é dividido em duas fases, sendo uma relacionada aos anos iniciais (1º ao 5º ano) e a outra aos anos finais (6º ao 9º ano). Os componentes curriculares são organizados nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso (BRASIL, 2017). Já o Ensino Médio é realizado em fase única e os componentes curriculares estão estabelecidos nas seguintes áreas: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e ciências humanas e sociais aplicadas (BRASIL, 2017).

A Educação Física, como mencionado, está presente como componente curricular específico da educação básica presente nas etapas do Ensino Fundamental e Médio na área de Linguagens (BRASIL, 2017). Dessa forma, observando as normativas estabelecidas para as instituições de ensino, além de ser obrigatória.

Enquanto estudante, a disciplina teve extrema importância na minha formação educacional no ensino básico, pois trouxe oportunidades de conhecer diversas práticas corporais, como esportes, lutas, danças, entre outros. Somando a multidisciplinaridade que o componente oferece, além de estar englobada com inúmeras possibilidades de conhecimentos culturais, como a capoeira e danças regionais. Além disso, proporcionou momentos de lazer e

socialização, visto que nas práticas corporais há uma maior interação entre os envolvidos.

2.2. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

A Educação Física é o componente curricular da educação básica que tematiza as práticas corporais, utilizando o corpo e o movimento como formas de manifestação e expressão dos sujeitos (BRASIL, 2018). Nesse contexto, convém discutir e relacionar a Educação Física como uma prática pedagógica no atendimento das demandas socioeducativas de adolescentes que cometeram atos infracionais.

2.2.1. Práticas pedagógicas da Educação Física

A Educação Física, como prática pedagógica, vem se difundindo no Brasil conforme os pensamentos vigentes de cada momento histórico. Nesse contexto, segundo Castellani Filho (1988), as dificuldades de implantação da Educação Física variam de acordo com as contradições pertencentes a cada realidade e os respectivos regimes sociopolíticos e culturais.

Seguramente, é possível afirmar que a sistematização da prática de atividades físicas e/ou esportivas (objetos de estudo da Educação Física) não é um fenômeno exclusivo da modernidade. Todavia, foi apenas a partir do processo de formação de grandes centros urbanos, decorrentes a industrialização, que as práticas associadas à Educação Física adquiriram particular relevância.

No Brasil, a Educação Física tem suas origens delineadas pela influência das instituições militares, as quais eram (e ainda são) motivadas por princípios positivistas e pelo estabelecimento da ordem social (CASTELLANI FILHO, 1988). Já no século XIX, a Educação Física servia com o propósito de formar indivíduos fortes e saudáveis. Tal entendimento, afirma Castellani Filho (1988, p.30), “levou a associar a Educação Física à *Educação do Físico, à Saúde Corporal*”. Nessa compreensão, somavam-se os médicos que, sob a ótica médico-higienista e eugênica, buscavam redefinir os padrões de conduta física, moral e intelectual da família brasileira.

Nesse cenário, a Educação Física assumia substancial importância para a formação de uma “nova sociedade”, a qual era incumbida a criação de um *corpo saudável, robusto e harmonioso* no sentido orgânico, de modo a contrapor o *corpo fraco e doente* (CASTELLANI FILHO, 1988).

Foi apenas em 1882 (final do século XIX) que o relator Ruy Barbosa foi favorável à inclusão da Educação Física (leia-se Ginástica) no sistema de ensino brasileiro, também

sustentada pelo discurso higienista. A proposta de Ruy Barbosa estabelecia a incorporação da ginástica nos programas escolares como tema de estudo em horários específicos (CASTELLANI FILHO, 1988).

Esta questão - a do Homem forte, condição de um povo e de uma nação fortes - estava também posta no Parecer de Rui Barbosa: "... Com a medida proposta, não pretendemos formar nem acrobatas nem Hércules, mas desenvolver na criança o quantum de vigor físico essencial ao equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da Pátria e à dignidade da espécie..." (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 41).

Outra compreensão bastante difundida no período supracitado, inclusive pelo próprio Ruy Barbosa, diz respeito a relevância da Educação Física como instrumento na eugenia da *raça brasileira*. O termo *Eugenia* surgiu em 1883 e foi cunhado pelo inglês Francis Galton, antropólogo e estatístico, que se dedicava ao melhoramento biológico da espécie humana, pautando-se equivocadamente no processo de seleção natural das espécies.

O autor brasileiro Fernando de Azevedo, que compactuava com os ideais da *Eugenia*, em seu livro *Da Educação Física*, definia o termo como a "ciência ou disciplina que tem por objeto o estudo das medidas sociais-econômicas, sanitárias e educacionais que influenciam, física e mentalmente, o desenvolvimento das qualidades hereditárias dos indivíduos e, portanto, das gerações [...]" (AZEVEDO, 1920 apud CASTELLANI FILHO, 1988, p. 42).

Reformas do sistema de educação de vários estados brasileiros realizadas durante a década de 1920 passaram a contemplar a Educação Física como um componente curricular das turmas de ensino primário e secundário. Nesse contexto, a atuação do professor passa a se pautar majoritariamente pelos princípios anátomo-fisiológicos, a quem compete prescrever e orientar exercícios com vistas na melhoria do condicionamento físico sem, necessariamente, renunciar aos princípios higienistas e eugenistas da época (CASTELLANI FILHO, 1988).

A educação física tem por finalidade a preparação de um organismo sadio, física e espiritualmente, age mantendo a saúde, melhorando a saúde, prevenindo a doença. E a higiene; higiene e serviço social se confundem e se completam em tantos pontos e a educação física e a higiene são irmãs. [...]. A Higiene da raça comporta o estudo de todos os fatores submetidos ao controle da sociedade e susceptíveis de modificar favorável ou desfavoravelmente as qualidades raciais, físicas e mentais das gerações futuras. (ARENO, 1941 apud GÓIS JUNIOR, 2011, p. 250)

Durante o Estado Novo (1937 – 1946), período de intensa industrialização no Brasil, a educação se transforma. Nesse período, as políticas educacionais eram conduzidas por diretrizes que, dentre outras, propunham a exaltação da nacionalidade, valorização do ensino profissional e da educação moral e cívica. Nesse período, passou-se a se externar, o que muitos autores classificam como a "militarização do corpo", a qual é sustentada por três eixos principais: a moralização do corpo pelo exercício físico; o melhoramento da raça (eugenia);

e a preparação física para o mundo do trabalho (CASTELLANI FILHO, 1988).

Apenas a partir da década de 1970, motivado pelo contexto político e social, que o esporte passou a figurar como o principal conteúdo programático das aulas de Educação Física, tendo as suas práticas pautadas sob o ponto de vista do rendimento. Nesse contexto, influenciado pelo universo esportivo, as palavras de ordem da prática pedagógica da Educação Física passaram a ser produtividade, eficiência e eficácia (BRACHT, 2000; CASTELLANI FILHO, 1988).

Assim, o conteúdo *esporte*, inclusive nos dias de hoje, tornou-se hegemônico nas aulas Educação Física nos contextos escolar e não-escolar. O professor passou a ser reconhecido como um treinador ou preparador físico. Os alunos passaram da condição de educandos para “atletas”. O desempenho físico/esportivo e a superação de marcas se tornaram os temas centrais das aulas. E os procedimentos de avaliação e seleção desses indivíduos se davam (ou, em muitos casos, ainda se dão) pela capacidade de gerar resultados.

Tomados em conjunto, os fatos apresentados apontam para uma Educação Física que, durante o processo de formação da sua identidade, foi reiteradamente influenciada pelas ideologias ligadas à cada momento histórico. E que buscava atender as necessidades e demandas de um determinado modelo de sociedade.

Todavia, um marco histórico para a Educação Física se deu a partir do movimento renovador da década de 1980. Esse movimento é caracterizado por um inédito esforço dos profissionais da área no sentido de reordenar os pressupostos orientadores da Educação Física em contraposição aos paradigmas biologicistas e esportivos que sustentavam toda a prática pedagógica até então (MACHADO e BRACHT, 2016)

A despeito das diferenças internas ao próprio Movimento, pode-se dizer que, naquilo que concerne ao seu segmento crítico ou “revolucionário”, destaca-se o fato de a Educação Física (EF) absorver e participar do debate sobre as teorias críticas da educação que se desenvolvia no campo mais geral da Educação no Brasil (MACHADO e BRACHT, 2016, p. 850).

O Movimento Renovador da Educação Física (MREF) foi importantemente influenciado pelo contexto político da época, momento em que findou a ditadura militar brasileira (em 1984). O que permitiu um novo período de restituição das instituições democráticas e reformulação de políticas públicas e econômicas no país (MACHADO, 2012). Na esteira desse processo, também surgiram movimentos comprometidos em repensar a função social do sistema educacional brasileiro de modo questionar o seu papel no combate às desigualdades, no desenvolvimento social e na promoção da dignidade da pessoa humana.

Apesar de não haver consensos dentro do próprio MREF acerca da prática pedagógica

da Educação Física, o movimento foi importante para estabelecer uma série de propostas que visam a autonomia e/ou a emancipação do sujeito. Em que o educando assume o posto de protagonista do processo de ensino-aprendizagem e não mais como um mero reproduzidor de movimentos e gestos esportivos sem sentido.

2.2.2. Educação Física como intervenção no sistema socioeducativo

Além dos componentes curriculares da educação básica, dentre as atividades asseguradas aos adolescentes incorporados pelo sistema socioeducativo, a legislação prevê a prática de esporte e o acesso ao lazer, os quais também se apresentam como conteúdo da Educação Física e que estão à disposição do professor no desenvolvimento de atividades nos espaços escolares e não-escolares.

A prática de esporte se configura como uma manifestação, na qual apresenta várias possibilidades. Como aponta Gonzalez e Pedroso, nas aulas de Educação Física:

O esporte analisa aspectos relacionados à sociabilização, construção de valores morais e éticos, bem como à recreação e lazer, e à sua importância para o desenvolvimento sócio-afetivo da criança, pois as crianças e os adolescentes aprendem por meio do esporte valores fundamentais que levam para a vida, como: união, respeito, amizade, cooperação, entre outros. Aprendem também a lidar com as vitórias e derrotas que o esporte proporciona, e desenvolve a independência, o sentido de responsabilidade e a confiança em si mesmos. (GONZALEZ; PEDROSO, 2012, p. 2).

Sendo assim, a prática de esportes representa um excelente meio para o processo educativo, auxiliando na sociabilização, construção de valores éticos e morais, promoção à saúde e lazer. Para os autores, lazer pode ser entendido a partir do momento que o esporte for praticado a partir de um viés recreativo, onde o praticante não se preocupa com a vitória.

Em um primeiro momento, ao propor a Educação Física em instituições socioeducativas, logo é suscitada a ideia da utilização das práticas corporais sob a óptica da educação moral e cívica dos socioeducandos pautada nos valores dos movimentos higienistas e eugenistas (ver tópico 2.2.1.). O exercício físico passa a ser percebido como um instrumento de redenção e regeneração social.

Trabalhos anteriores se dedicaram a compreender os discursos dominantes que historicamente balizam a prática pedagógica da Educação Física em instituições socioeducativas. Rizzini e Gondra (2014), por exemplo, evidenciaram que já entre os anos de 1875 e 1899, a concepção médico-higienista buscava, a partir das práticas corporais, regenerar os “jovens delinquentes” a partir da educação moral e física.

Condutas semelhantes foram denunciadas por inúmeros autores brasileiros, sendo a ginástica, até meados do século XX, caracterizada como o principal instrumento para a

consolidação dos ideais supracitados (VICENTE e AMARAL, 2019; SOUZA, 2019). A presença da ginástica e de práticas corporais disciplinadoras em instituições para jovens infratores servia como linha auxiliar no controle dos corpos daqueles que, por algum motivo, não se adequavam ao projeto de sociedade vigente. A partir de um poder disciplinar, a ginástica investiria de modo a preparar o indivíduo para o trabalho diante de um período de rápida expansão industrialização e de modernização da sociedade.

Do mesmo modo que a ginástica, ou até mesmo de forma mais eficiente, o esporte vem ocupando particular destaque como um importante mecanismo regulatório, dentro do campo de atuação da Educação Física, no controle social. Assim como argumenta Soares (2008, p. 81), “construído na dinâmica própria da sociedade industrial, o esporte encarna e expressa não só comportamentos desejados, mas também se revela como divertimento consentido, aprovado e estimulado pelo poder”. O esporte é a representação genuína da individualidade (somada ao espírito de competição e a lógica da meritocracia), do rendimento e da disciplina (respeito às regras), os quais se constituem como valores caros para a sociedade atual.

Nesse sentido, não é de se espantar que o esporte figura posições privilegiadas nas práticas pedagógicas em estabelecimentos socioeducativos para adolescentes que cometeram atos infracionais (SOUZA, 2019), seja pela lógica arbitrária do rendimento esportivo e/ou pela seleção de possíveis talentos (ANDRADE, 1997).

Com o advento do SINASE (ver tópico 2.1.), estabeleceu-se a proposta de um novo cenário no atendimento dos adolescentes acolhidos pelo sistema socioeducativo, inclusive no que tangencia a prática pedagógica da Educação Física. Apesar de uma coordenação nacional ineficiente (haja vista a relativa autonomia dos estados e municípios), estabeleceu-se a ideia de que a Educação Física deveria ser responsável por introduzir o (a) aluno (a) na cultura corporal de movimento, tendo em vista a formação de um cidadão capaz de produzi-la, reproduzi-la e transformá-la.

De forma similar, conforme estabelecido pela BNCC (que também tangencia o processo de escolarização nos programas socioeducativos), as práticas corporais são tematizadas a partir de unidade temáticas, classificadas como: brincadeiras e jogos; esportes; ginásticas; danças; lutas; e práticas corporais de aventura (BRASIL, 2018). Conteúdos esses que, de acordo com o próprio documento, devem sempre partir do caráter lúdico, ou seja, uma atividade de entretenimento, que dá prazer e diverte as pessoas envolvidas (MARCELLINO, 1999), de modo que os estudantes possam assimilar as lógicas intrínsecas destas práticas, tais como: táticas, regras, organização, trabalho em equipe, autonomia na tomada de decisões etc.

A Educação Física é uma área do conhecimento que proporciona aos jovens umagama

de possibilidades de enriquecimento de experiências e a um vasto universo cultural. É importante destacar que cada uma das práticas corporais possibilita ao indivíduo o acesso a “uma dimensão de conhecimentos e de experiência aos quais ele não teria de outro modo” (BRASIL, 2017, p. 214)

3. METODOLOGIA

Esse capítulo aborda a metodologia selecionada para o desenvolvimento do trabalho. A investigação teve como subsídio o estudo de revisão de literatura do tipo sistemática, com o objetivo de levantar e selecionar produções que abordem o papel da Educação Física nos programas socioeducativos. Sendo assim, apresenta-se o desenho do estudo e os critérios utilizados para o levantamento e seleção dos artigos.

3.1. DESENHO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo de revisão de literatura do tipo sistemática que analisa a atuação de professores Educação Física em entidades e programas socioeducativos para adolescentes que cometeram atos infracionais. A princípio o objetivo era realizar um estudo de campo nas unidades de atendimento socioeducativo em Goiânia/ Goiás, porém devido à burocracia para conseguir autorização para a entrada nessas unidades, tanto dos órgãos reguladores, como na Vara da Infância e Juventude, na Secretaria de Cidadania e a autorização no Comitê de Ética da UFG, resolvi adaptar a pesquisa para uma revisão bibliográfica.

Sendo assim, os estudos foram buscados nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, LILACS e Google Acadêmico. Os descritores utilizados para a pesquisa foram: “educação física AND socioeducativ*”; “educação física AND ressocialização AND (adolescente* OR jove*)”; “educação física AND SINASE”; e “educação física AND (adolescente* infra* OR jove* infra*)”.

3.2. SELEÇÃO DOS ARTIGOS

Foram selecionados apenas os estudos que relacionaram diretamente a prática pedagógica do professor de Educação Física aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Para isso, durante as buscas considerou-se apenas os trabalhos que, em alguma medida, buscam relacionar os conteúdos da Educação Física com os termos associados às medidas socioeducativas para adolescentes que cometeram atos infracionais no título e/ou resumo. Os critérios de inclusão foram: trabalhos completos publicados na língua portuguesa; artigos originais (desconsiderando trabalhos de revisão de literatura de qualquer

tipo e pesquisas documentais); e os trabalhos publicados em periódicos científicos nos últimos 5 anos (2017 - 2021). Todas as buscas foram realizadas em dezembro de 2021. Após a etapa de seleção, foi estabelecido como critério de exclusão os trabalhos que, apesar de apresentarem os descritores previamente apontados, não abordam diretamente o tema proposto no desenvolvimento da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste último capítulo objetiva-se trazer os resultados, ou seja, as contribuições apresentadas, sobre o papel e o processo do ensino da Educação Física no sistema socioeducativo, a partir das produções selecionadas e analisadas.

As produções, de modo geral, abordam vários fatores limites à uma prática libertadora do ensino, como a falta de reconhecimento da função pedagógica da Educação Física no processo socioeducativo, pouca preparação dos professores para a atuação nessa perspectiva, a falta de interesse por parte dos alunos, as aulas como “reguladora” de comportamento, entre outros.

4.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Aplicando os critérios de seleção dos artigos nas plataformas de busca, foram levantados 08 (oito) trabalhos para o desenvolvimento da pesquisa (ver quadro 1). Após o procedimento de análise, nenhum artigo foi excluído. Todos os artigos foram publicados originalmente na língua portuguesa, sendo oito em periódicos nacionais e um em periódico internacional.

Quadro 1. Relação dos trabalhos selecionados para a pesquisa. Todas as informações foram disponibilizadas pelos próprios autores nos respectivos trabalhos.

Autores (ano de publicação)	Periódico de publicação	Cidade da pesquisa	Metodologia empregada	Conteúdo da Educação Física
Tiellet et al. (2017)	Revista Multidisciplinar em Educação	Cáceres (MT)	Intervenção com socioeducandos	Esporte e Lazer ¹
Antunes e Silva (2018)	Pensar a Prática	Barbacena (MG)	Entrevista com socioeducandos	Esporte ¹
Correa et al. (2018)	EFDeportes	São Paulo (SP)	Entrevista com professores	Esporte ¹
Souza e Onofre (2019a)	Reflexão e Ação	Campinas (SP)	Observação de professora	Não especificado
Souza e Onofre (2019b)	Imagens da Educação	Campinas (SP)	Observação de professora	Esporte e jogos ¹
Conceição (2020)	Refise	Guarulhos (SP)	Narrativa autobiográfica de professor	Não especificado

Nascimento e Abreu (2020)	Interfaces da Educação	Cariacica (ES)	Intervenção com socioeducandos	Esporte; Jogos; e Saúde ¹
Muller et al. (2021)	Cenas Educacionais	Guarulhos (SP); Alvorada (RS); Cuiabá (MT)	Narrativa autobiográfica de professores	Não especificado

¹Segundo as informações extraídas do trabalho.

A partir da análise dos trabalhos científicos citados no quadro mostrado acima, foi pensado alguns subtópicos com informações colhidas nos textos.

4.2. O LUGAR E O NÃO-LUGAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Os trabalhos analisados evidenciaram que os centros socioeducativos apresentam, em alguma medida, condições materiais que possibilitam as aulas de Educação física, tais como equipamentos esportivos e espaços/ áreas que permitem a realização de práticas corporais. Ao realizarem um levantamento dos recursos materiais para o desenvolvimento das aulas de Educação Física em um centro socioeducativo, Tiellet e colaboradores (2017), por exemplo, elencaram uma mesa de Tênis de Mesa, bolas de basquete e de futebol e conjuntos de xadrez.

Já Nascimento e Abreu (2020) apontaram que o centro socioeducativo estudado dispunha de espaços privilegiados, como quadra esportiva, campo gramado, piscina e sala de lutas, além de contar com salas de aulas, auditório e biblioteca. Apenas o campo investigado por Correia et al. (2018) e uma das três instituições apresentadas por Müller et al. (2021), alegaram a necessidade de se recorrer à ambientes externos aos centros socioeducativos para o desenvolvimento das práticas corporais.

Incorporada no sistema socioeducativo, é conferida a Educação Física a responsabilidade de, por meio das práticas corporais (também esportivas), proporcionar aos adolescentes o acesso aos elementos da cultura corporal de movimento de modo formar um sujeito crítico e emancipado. Desse modo, também é função da Educação Física estabelecer ações pedagógicas que visam a reeducação e ressocialização do adolescente que cometeu atos infracionais.

Todavia, analisando as publicações acerca do tema, é interessante notar a falta de reconhecimento da função pedagógica da Educação Física pelos profissionais envolvidos no processo socioeducativo, devido ao sistema formativo desses profissionais. Muitas vezes é estabelecido que, para a participação nas aulas, o aluno deve merecer. Sendo essa noção de merecimento associada à conduta dos indivíduos, na medida em que o direito de participação

nas aulas se dá como um prêmio a ser concedido aos que “se comportam” e revogado para aqueles indisciplinados (sejamquais forem os parâmetros estabelecidos para isso).

A prática de punir desvios de condutas com proibição da realização de práticas corporais é constantemente vivenciada por professores de Educação Física tanto em contexto escolar quanto não-escolar. Assim como evidenciado no trabalho de Tiellet e colaboradores (2017), no qual os acadêmicos-extensionistas relataram que os agentes socioeducativos, alegando que “não era um bom dia” e que os adolescentes estavam “agitados”, cancelaram três das aulas de Educação Física previamente programadas e optaram por manter os adolescentes trancados nas celas.

De forma similar, o trabalho de Correa e colaboradores (2018) evidenciou que, no contexto socioeducativo, cabia ao professor de Educação Física a tarefa de “vigiar” passivamente os adolescentes enquanto praticavam algum determinado esporte e estar atento a qualquer desvio de conduta durante as aulas. Segundo os autores, o professor se restringia a disponibilizar os materiais, organizar, controlar o tempo e punir, quando necessário. Comportamentos semelhantes também foram discutidos nos trabalhos de Souza e Onofre (2019a; 2019b) e Müller e colaboradores (2021).

Por outro lado, é importante ressaltar os trabalhos de Tiellet e colaboradores (2017) e Nascimento e Abreu (2020), os quais se propuseram a desenvolver estratégias metodológicas dentro do campo de atuação da Educação Física com o objetivo de proporcionar aos jovens um enriquecimento de experiências e o acesso aos elementos da cultura corporal de movimento, conforme discutido nos tópicos seguintes.

4.4. O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO?

Mesmo não sendo o objeto de investigação dos estudos analisados, os autores sinalizaram sistematicamente que, embora com formação superior, os professores de Educação Física se mostraram inicialmente pouco preparados para lidar com adolescentes no contexto socioeducativo, assim como apontado pelos trabalhos de Tiellet e colaboradores (2017), Souza e Onofre (2019a, 2019b), Conceição (2020) e Müller e colaboradores (2021). As particularidades e dinâmicas próprias das instituições socioeducativas demandam do professor um tempo de ambientação para que ele seja capaz de desenvolver estratégias e práticas pedagógicas no trato com esses indivíduos.

A preocupação com a segurança é uma constante nos trabalhos que avaliaram a

percepção dos professores que atuam em instituições que executam medidas socioeducativas. Tanto que, nesses espaços, é comum a suspensão das aulas e/ou atividades em situações de conflitos entre adolescentes, uso de drogas e, até mesmo, quando há redução no número de agentes de segurança (TIELLET et al., 2017; CORREA et al. 2018; SOUZA e ONOFRE, 2019a; SOUZA e ONOFRE, 2019b; MÜLLER et al., 2021).

Os professores de Educação Física entrevistados pelo trabalho de Correa e colaboradores (2018), por exemplo, se mostraram pouco entusiasmados acerca da efetividade do sistema socioeducativo. Termos como “falta de disciplina dos alunos”, “leis do crime imperam dentro das unidades”, “sob o uso de drogas” e “eles fazem o que bem entendem” anunciam a complexidade do trabalho pedagógico em unidades que executam medidas socioeducativas. Em uma das falas, conforme destacado pelos autores, ao serem questionados acerca da utilização do esporte como prática pedagógica em centros socioeducativos, um dos professores argumentou que acredita “de fato que o esporte é uma ferramenta de transformação social”(Professor (a) J.H), mas não consegue aplicar na instituição em que trabalha (Fundação CASA em São Paulo). E continua, esse “trabalho depende do apoio de outros setores e isso não ocorre”, seja pela indisciplina dos alunos ou pela falta de colaboração dos demais funcionários da instituição.

Situações semelhantes foram relatadas pela professora que participou dos estudos de Souza e Onofre (2019a, 2019b), em que a falta de interesse e desmotivação dos alunos em participarem das aulas de Educação Física eram os maiores limitantes para a concretização da sua prática pedagógica. Também, foi relatado que a não participação dos alunos eram, inclusive, motivadas pela equipe técnica da instituição (agentes de segurança), os quais permitiam que os alunos não comparecessem nas aulas de Educação Física sem o consentimento da professora.

4.5. O QUE DIZEM OS SOCIOEDUCANDOS ACERCA DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?

Apesar das aulas de Educação Física serem oferecidas como direito aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, é difícil desprendê-la do seu caráter impositivo. O que é naturalmente justificado pelo fato do contexto de restrição de liberdade em que jovens estão submetidos. Assim como reflete Souza e Onofre (2019a, p. 177), ao apontar que “a educação física, neste contexto, integra o conjunto de atividades pedagógicas que são direitos, mas que são de participação obrigatória”.

Antunes e Silva (2018) se dedicaram a estudar os significados que os adolescentes

atribuem ao esporte no cumprimento de medidas socioeducativas. Na análise dos autores, ficou manifesto que os socioeducandos entrevistados compreendem a prática esportiva como um momento de fuga da realidade, associado ao rompimento do tédio, e não reconhecem o seu valor educativo. Segundo os jovens, as tarefas de prestação de serviços são entendidas como a parte punitiva da pena, enquanto as aulas Educação Física (leia-se práticas esportivas) servem como “uma hora de lazer dentro da punição”.

Eles evidenciam em seus discursos que as posturas e condutas adotadas na prática esportiva não se refletem na vida real, sejam elas positivas, sejam elas negativas. Colocam a prática esportiva numa dimensão distinta e desconexa da vida real, sem qualquer possibilidade de transferência de aprendizados de uma para a outra. O que reforça suas convicções de que o esporte dentro da medida socioeducativa serve apenas para distraí-los e não para ajudá-los na mudança de comportamentos e atitudes (ANTUNES E SILVA, 2018, p. 174).

Nesse sentido, os autores chamam atenção para o fato de que as práticas esportivas nos centros socioeducativos não cumprem com a sua função social, que é a de exercitar nos adolescentes uma postura reflexiva acerca da condição em que se encontram. Haja vista que o conjunto de práticas pedagógicas adotadas no contexto socioeducativo devem atender ao propósito maior de reeducação e reinserção do adolescente infrator na sociedade. Para isso, as medidas ditas como punitivas e educativas (escolarização, esporte, lazer etc.) deveriam servir como instrumentos de assimilação e ressignificação da realidade, o que não é percebido pelos jovens.

4.5. UM PANORAMA DAS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Como mencionado ao longo do trabalho, no que se refere ao ensino da Educação Física em instituições que executam medidas socioeducativas, há uma série de obstáculos que dificultam a prática do professor nesses espaços. Sobre o assunto, podem ser destacados os seguintes temas: exacerbação dos aspectos de segurança em desfavor das práticas pedagógicas; falta de interesse e/ou resistência dos socioeducandos em participarem das práticas corporais; limitações quanto ao espaço físico e recursos materiais; concepções utilitaristas e moralizantes da Educação Física; e a falta de qualificação profissional (professores, agentes de segurança etc.) no trato de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Esses desafios foram, em alguma medida, abordados por todos os trabalhos selecionados e analisados para a construção desse estudo.

É interessante notar que sete dos oito trabalhos selecionados abordaram direta ou indiretamente a temática do esporte nas aulas de Educação Física em contexto socioeducativo. Os autores Tiellet e colaboradores (2017), a partir de um projeto de extensão,

construíram uma prática pedagógica pautada nas dimensões do esporte educacional, os quais tematizaram o Tênis de Mesa, Slackline e Badminton. Os autores argumentaram acerca da escolha dessas práticas nos seguintes termos: o Tênis de Mesa para o exercício da disciplina, “raciocínio rápido”, atenção e concentração, além de estimular a socialização e o respeito, sendo uma atividade, segundo os autores, “de regras fáceis”; o Slackline como uma atividade que possibilita trabalhar a concentração, atenção e equilíbrio emocional, também estimulando a dedicação e a autoconfiança; e o Badminton como estratégia para proporcionar autonomia, socialização e no desenvolvimento da orientação espacial.

Já o trabalho de Nascimento e Abreu (2020), pautado na abordagem crítico-emancipatória, propuseram a tematização de conteúdos esportivos de modo a estimular a participação dos socioeducandos e estabelecer, a partir da ação comunicativa, a relação entre os todos os agentes envolvidos no processo educacional (professor-aluno, aluno-professor e aluno-aluno). As autoras organizaram uma série de práticas pedagógicas a serem aplicados ao longo de um ano, obedecendo a lógica de conteúdos trimestrais, a saber: 1º trimestre – futebol e futsal; 2º trimestre – jogos pré-desportivos; 3º trimestre – exercícios físicos e esportes de aventura; 4º trimestre – jogos coletivos e torneio interclasse.

Müller e colaboradores (2021) trazem relatos autobiográficos de três professores de Educação Física que contam as suas respectivas experiências como profissionais em centros socioeducativos em diferentes localidades do país. Apesar dos autores não estabelecerem claramente as estratégias metodológicas utilizadas nas aulas, ainda é possível perceber alguns fragmentos que denunciam um pouco as suas práticas a partir de falas como: “apesar das resistências iniciais dos adolescentes em querer conhecer outros elementos da cultura corporal, consegui desenvolver atividades que transcendem o ensino do futsal” e “após muito diálogo e resistência de minha parte em rolar a bola que conseguimos juntos avançar em outras possibilidades de se movimentar” (Professor 1); e “parcerias externas (Clubes, Universidades) foram firmadas para proporcionar as atividades esportivas e de lazer que a Instituição não dispunha de condições físicas” (Professor 3).

Por outro lado, estudo de Correa e colaboradores (2018), constatou que, apesar de também se valerem do esporte, os professores de Educação Física não apresentavam abordagens pedagógicas específicas no trato com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Como dito anteriormente, foi constatado que os professores atuavam como meros mediadores para assegurar aos adolescentes um “tempo de diversão” com a prática de esportes.

Similarmente, como discutido no tópico 4.5., o trabalho de Antunes e Silva (2018) encontrou resultados que convergem com os achados de Correa e colaboradores (2018). No entanto, agora a percepção acerca da prática pedagógica do esporte é analisada sob a óptica do adolescente, os quais foram explícitos em afirmar que, dentro dos centros socioeducativos, o esporte assume a função de “fuga da realidade”.

Por fim, os estudos apresentados por Souza e Onofre (2019a, 2019b) se dedicam a analisar as dimensões do trabalho pedagógico de uma mesma professora que atua em um centro educacional localizado na cidade de Campinas (SP). No segundo estudo, “Educação física e medida socioeducativa de internação: dilemas do cotidiano”, as autoras estabelecem mais claramente as práticas pedagógicas adotadas pela professora analisada e concluem afirmando que “observou-se a predominância do esporte ancorado no modelo tradicional de ensino, voltado à aprendizagem do gesto técnico, do desempenho motor e do desenvolvimento da saúde, como anunciado nos diários de campo aqui destacados”.

O trabalho não mencionado neste tópico, elaborado por Conceição (2020), narra de forma autobiográfica a trajetória do autor vinculada ao sistema socioeducativo e o trato com os adolescentes infratores, o qual não estabelece claramente a forma e os conteúdos desenvolvidos nas aulas de Educação Física durante o período que atuou como professor de uma instituição socioeducativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e a dignidade humana no Brasil são consideradas direitos fundamentais garantidos pela constituição, não podendo ou devendo ser vista como algum tipo de privilégio. Nessa perspectiva, o sistema socioeducativo, ancorado pelo SINASE, é responsável por articular ações pedagógicas que, dentre outras, contemplam as necessidades sociais, educacionais e esportivas de adolescentes infratores que cumprem medidas socioeducativas. Nesse cenário, a Educação Física se estabelece como um componente curricular que assume especial relevância.

Todavia, conforme os dados analisados, foi verificado que, ainda nos dias de hoje, o caráter disciplinador da Educação Física está presente nos discursos que a legitima em instituições socioeducativas da mesma forma que legitimavam a utilização dos fundamentos ginásticos para a regeneração dos “jovens delinquentes” no século XIX. Na maioria dos casos apresentados, a Educação Física é utilizada pelos agentes socioeducativos como uma *moeda de troca* para premiar e/ou punir comportamentos.

Somado a isso, emerge o esporte como a principal estratégia de intervenção adotada pelos professores de Educação Física no cumprimento de medidas socioeducativas, as quais muitas vezes são aplicadas de forma desarticulada à realidade do socioeducando, assumindo pouca ou nenhuma relevância para a reeducação e/ou ressocialização (objetivos do programa) do adolescente infrator. Não se trata de negar o esporte (até porque este é um dos fenômenos sociais mais relevantes da atualidade), mas de ressignificar a sua prática de acordo com a realidade do socioeducando.

Conforme afirmam Souza e Onofre (2019b), é necessário que a prática pedagógica do professor seja construída no cotidiano da instituição e na observância das reais necessidades dos educandos. Por outro lado, em um sistema de aprisionamento em que é postulado a disciplinarização e docilização dos corpos, é preciso reconhecer de que há desafios particulares de se estabelecer uma educação emancipadora.

Por fim, conclui-se dizendo que não é o objetivo desse trabalho estabelecer soluções imediatas e ditar regras de como as aulas de Educação Física devem ser desenvolvidas nos programas que executam medidas socioeducativas, até porque essa não é uma tarefa fácil, mas de lançar luz sobre os discursos que fundamentam a sua prática nos dias de hoje.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcelo Pereira de. *Educação física na fundação estadual do bem-estardo menor – FEBEM/SP: uma análise da proposta de 1992 a 1994 segundo o os discursos dos professores*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1997.
- ANTUNES, S. E.; SILVA, O. G. T. *O esporte na ressocialização de jovens em conflito com a lei – um estudo de caso*. Pensar a Prática, Goiânia, v. 21, n. 1, jan./mar. 2018.
- BRACHT, V. *Esporte na escola e esporte de rendimento*. Movimento. Ano VI. Nº 12.2000.
- BRASIL. *Lei nº. 12.594, de 19 de janeiro de 2012*. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.
- BRASIL. *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 16 de julho de 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 20/12/2021.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), 2018.
- BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE. Brasília-DF: CONANDA, 2006.
- CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil: A história que não se conta*. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- CESÁRIO, D. S.; ROCHA, D. S.; ROCHA, M. F.; FERREIRA, K. L. *A importância do esporte na medida socioeducativa dos adolescentes infratores*. RENEF, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 3-16, dez. 2018.
- CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução 113, de 19 de abril de 2006. Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- CONCEIÇÃO, W. L. *A ação pedagógica com jovens infratores: uma narrativa (auto)biográfica de um professor-pesquisador de educação física*. Refise, Limoeiro do Norte, v. 3, n. 1, Edição Especial, p. 99-115, Set. 2020.
- CORREA, R. M.; DYONISIO, C. M.; LAZZARIN, M. S.; GIMENEZ, R. *Medidas socioeducativas e Educação Física: uma análise sobre a proposta pedagógica para jovens infratores*. EFdeportes, Vol. 23, Nº 241, Jun. 2018.

FERNANDES, M. N.; COSSETIN, M.; COSTA, D. P. *Políticas educacionais na socioeducação: a educação escolar na internação provisória*. Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, 2021.

FURTADO, R. S.; COSTA, G. H. O. *Perspectiva docente sobre as “repercussões” da Base Nacional Comum Curricular na formação de professores de Educação Física*. Revista Cocar. V.14 N.28 Jan./Abr./ 2020 p.681-701.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, M. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1987.

GÓIS JUNIOR, E.; GARCIA, A. B. *A eugenia em periódicos da educação física brasileira (1930-1940)*. Maringá, v. 22, n. 2, 2. trim. 2011.

GONZALEZ, N. M.; PEDROSO, C. A. M. Q. *Esporte como conteúdo da Educação Física: a ação pedagógica do professor*. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, 2012.

HARPER, B. et al. *Cuidado, Escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas*. 22. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MACHADO, T. S.; BRACHT, V. *O impacto do movimento renovador da educação física nas identidades docentes: uma leitura a partir da “teoria do reconhecimento” de Axel Honneth*. Movimento, Porto Alegre, v. 22, n. 3, 849-860, jul./set. de 2016.

MACHADO, T. S. *Sobre o impacto do movimento renovador da educação física nas identidades docentes*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

MARCELLINO, N. C. *Lúdico Educação e Educação Física*. Ijuí/Rio Grande do Sul: Editora UNIJUÍ, 1999.

MÜLLER, K. A.; OLIVEIRA, U. P.; CONCEIÇÃO W. L. *Ensino de educação física entre muros e grades: narrativas (auto)biográficas e reflexões compartilhadas*. Cenas Educacionais, Caetitê - Bahia - Brasil, v.4, n.e10773, p.1-25, 2021.

NASCIMENTO, D.; ABREU, E. L. *O que pode o ensino da educação física escolar em um centro socioeducativo de atendimento ao adolescente em conflito com a lei?* Interfaces da Educ., Paranaíba, v.11, n.31, p. 21-42, 2020.

RIZZINI, I.; GONDRA, J. G. *Higiene, topologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899)*. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 58, p.561-584, jul./set. 2014.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SOARES, C. L. *Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte*. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, A. J. (org.). *Figuras de Foucault*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SOUZA, C. M. *Educando o corpo desvalido: a educação física na história da privação de liberdade de crianças e jovens brasileiros*. Movimento. Porto Alegre. v. 25, e25057, 2019.

SOUZA, C. M.; ONOFRE, E. M. C. *Desafios de uma professora de educação física na medida socioeducativa de internação*. Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 2, p. 166-181, mai./ago. 2019a.

SOUZA, C. M.; ONOFRE, E. M. C. *Educação física e medida socioeducativa de internação: dilemas do cotidiano*. Imagens da Educação, v. 9, n. 1, e44287, 2019b.

TIELLET, M. H. S.; COELHO, F. P.; COUTINHO, T. S.; BRUNO, L. R. *Ações de extensão em um centro de atendimento socioeducativo do estado de mato grosso*. Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 4, n° 9, p. 65 a 78, set/dez, 2017.

VICENTE, M.; AMARAL, G. L. *Medidas higienistas adotadas no patronato agrícola visconde da graça (1923-34) - Pelotas/RS*. Revista Histedbr [on-line], n. 37, mar. 2010.